



**Fecomércio PE**

Sesc | Senac

Instituto Fecomércio

**Boletim Conjuntural**  
**Julho | 2018**

# Boletim Conjuntural

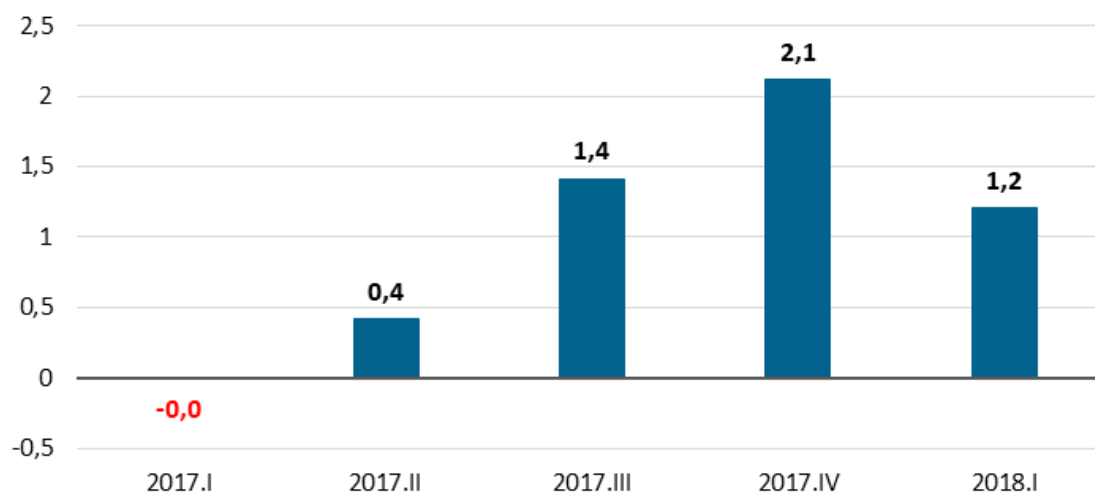
## Julho | 2018

### 1. CONJUNTURA NACIONAL

É forçoso reconhecer, no presente Boletim Conjuntural, que permanece em descenso a curva que descreve expectativas a respeito da taxa de crescimento econômico esperada – pelos agentes econômicos – para o PIB brasileiro em 2018. Dados das Contas Nacionais Trimestrais/IBGE (**Gráfico 1**) confirmam tal sentimento e – mantido o ambiente de incertezas – tal evolução do PIB trimestral contribui para alimentar expectativas negativas. Ao ensaio de PIB crescente no ano passado – 0,0% no primeiro trimestre; 0,4% no segundo; 1,4% no terceiro, e 2,1% no quarto – se segue

um crescimento de apenas 1,2% no primeiro trimestre de 2018. Ademais, quando se examina o IBC\_BR – indicador antecipado do que vem a ser o PIB, calculado pelo Banco Central – observa-se que o resultado acumulado deste ano (janeiro a maio), em cotejo com igual período do ano passado, revela incremento ainda menor (0,73%). Por outro lado, o IBC-BR mensal de maio 2018 registra expressiva variação negativa (-1,54%), em comparação com maio de 2017 – declínio potencializado pelo impacto adverso provocado pela greve/lock out do segmento de transporte rodoviário de cargas.

Gráfico 1 - Brasil: taxa de variação real do PIB, em % - 1º trimestre de 2017 a 1º trimestre 2018 (base: mesmo período do ano anterior)



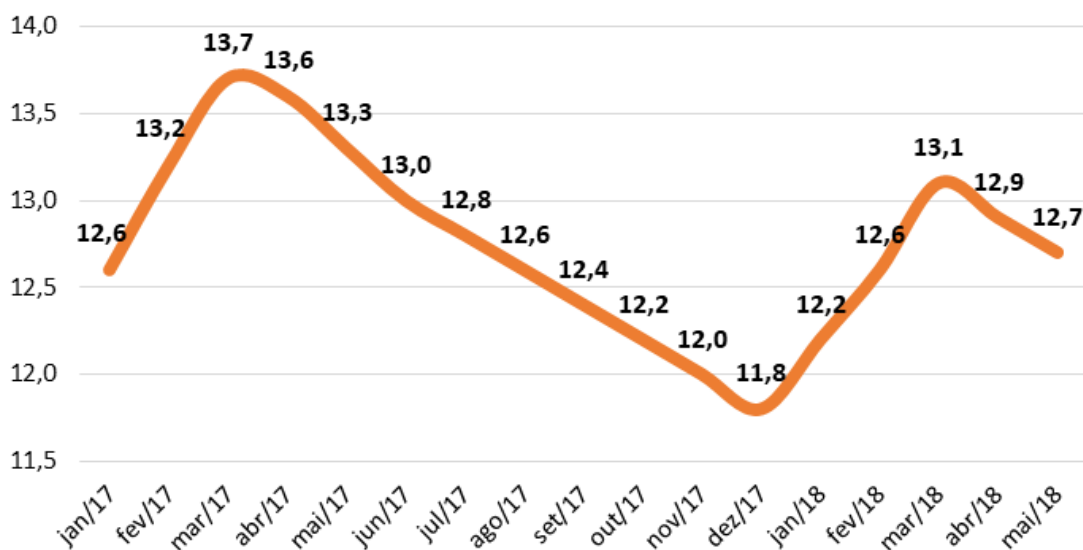
Fontes: Contas Nacionais Trimestrais/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Assim, a estimativa mais recente aponta para uma elevação de apenas 1,5% (talvez menos) do PIB nacional neste ano de 2018, conforme o Boletim Focus do Banco Central de 27/07/2018. Um cenário bem diferente do vislumbrado no início do ano – e isso antes de se cumprir a primeira metade do calendário de 2018. As expectativas iniciais sugeriam que a economia brasileira viria a assumir uma trajetória sustentável de recuperação. O Boletim Focus do Banco Central apontava, em 02/03/2018, para uma elevação de 2,90% neste ano.

O mercado de trabalho – esfera em que desaguam resultados do funcionamento da

economia e, como tal, afeta o humor das famílias no que respeita à propensão de assumir gastos no futuro imediato – também assinala uma mudança de direção. De fato, informações recentes da PNAD Contínua/IBGE revelam que, depois de baixar ao patamar mínimo de 11,8% no último trimestre do ano passado, a taxa de desemprego alcançou 12,7% no trimestre março-abril-maio (**Gráfico 2**). Ou seja, depois de uma sistemática redução do desemprego entre março e dezembro do ano passado, a taxa de desocupação volta a crescer nos meses seguintes, para depois ensaiar trajetória de declínio nos trimestres móveis encerrados em abril e maio deste ano.

**Gráfico 2 - Brasil: taxa de desocupação das pessoas com 14 anos ou mais de idade (média móvel trimestral), em % - janeiro/2017 a maio/2018**



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Nota: Considera a média móvel trimestral do universo das pessoas de 14 anos ou mais desocupadas e na força de trabalho, sendo o mês de referência tomado como limite superior do trimestre.

Observe-se que, em parte, a alta taxa de desemprego é influenciada pelo aumento da população economicamente ativa, que passou de 103,5 milhões de pessoas em maio de 2017 para 104,1 em maio de 2018 – um crescimento absoluto de 600 mil pessoas. Em contraposição, o número de **pessoas ocupadas** no trimestre encerrado em maio de 2018 (90,9 milhões) é mais alto do que o observado no trimestre correspondente de 2017 (89,7 milhões). Ou seja, certo crescimento do volume de postos de trabalho serve de atenuação do resultado líquido em termos de desocupação da força de trabalho. A esse respeito, informações do Ministério do Trabalho (CAGED) revelam um

número de admissões em postos formais de trabalho superior ao de demissões, no resultado acumulado do ano de 2018 (janeiro a maio) – saldo positivo de mais de trezentos mil empregos, como indicado na **Tabela 1**. Entretanto, no mês de junho esse mesmo indicador revela uma perda líquida de 661 postos de trabalho. De toda forma, fica evidente que o mercado de trabalho não apresenta dinamismo necessário para absorver o crescimento da força de trabalho – são mais de treze milhões de pessoas buscando alguma alternativa de ocupação, entre estes milhares que perderam seus empregos outros tantos que se incorporaram à força de trabalho em decorrência da dinâmica demográfica

**Tabela 1 - Brasil: saldo da movimentação do emprego formal janeiro-maio/2017, maio/2018 e janeiro-maio/2018**

SUBSETOR	JAN/17-MAI/17	MAI/18	JAN/18-MAI/18
Agropecuária	83.155	29.302	27.349
Indústria Extrativa	-1.164	230	1.245
Indústria de Transformação	36.930	-6.464	95.563
Química	18.933	-4.215	10.276
Elétricos e Comunicação	15.730	-3.957	15.875
Outras	2.267	1.708	69.412
SIUP	2.101	555	3.754
CONSTRUÇÃO	-22.249	3.181	42.152
Comércio	-115.614	-11.919	-75.948
Serviços	79.500	18.577	272.732
Transportes e Comunicações	3.722	2.328	29.442
Adm, técnicos e profissionais	8.067	7.386	83.518
Alojamento e Alimentação	-12.854	-3.153	29.654
Saúde	24.475	8.496	41.934
Outros serviços	56.090	3.520	88.184
Administração Pública	17.527	197	14.319
<b>Total</b>	<b>80.186</b>	<b>33.659</b>	<b>381.166</b>

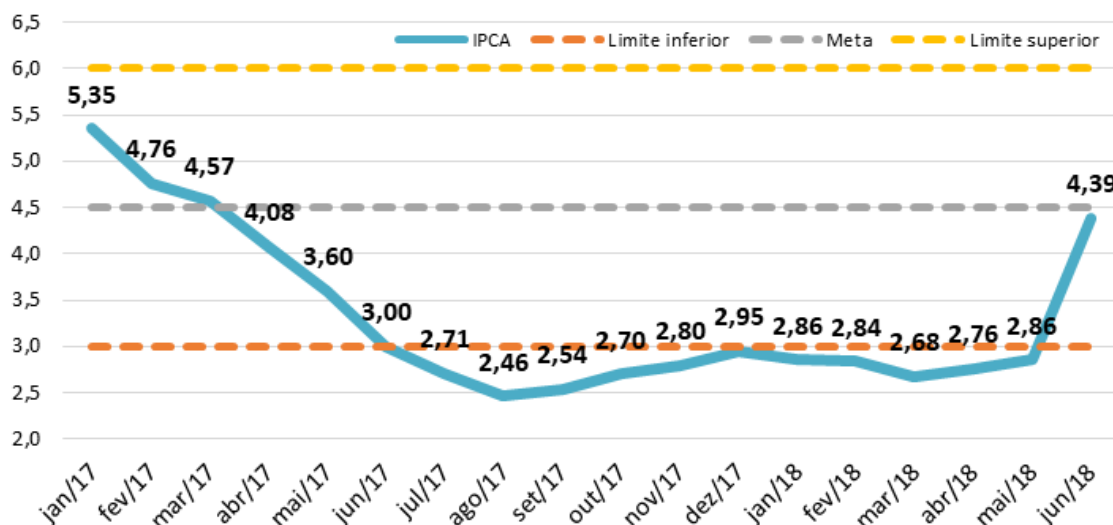
Fonte: Caged/MTE.

(\*) Saldo ajustado, considerando as informações de movimentação fora do prazo até novembro/2017.

Inflação é outro aspecto a ser contemplado nessa caracterização da conjuntura econômica do país. Enfrenta-se um momento de repique inflacionário. O IPCA acumulado em 12 meses, que desde o início do segundo semestre de 2017 vinha se mantendo abaixo do limite inferior da meta do Banco Central (3,0%) – ver **Gráfico 3** –, cresceu significativamente no mês de junho (4,39%), para o qual o desabastecimento momentâneo provocado pela “greve/lock out do sistema de transporte de cargas” contribuiu significativamente. Ademais, a desvalorização cambial – desde a recente elevação da taxa básica de juros nos EUA, em março e em junho do corrente ano – passou a ser um potencial fator inflacionário, via aumento de custo de insumos importados pela indústria. No entanto, com o lento ritmo de recuperação da economia e com a enfraquecida disposição de consumo das famílias, repasses para os preços são menores do que poderiam ser em conjuntura de dinamismo econômico. O fato é que a inflação de 12 meses ainda não ultrapassou o centro da meta estabelecida pelo Banco Central (4,5%).

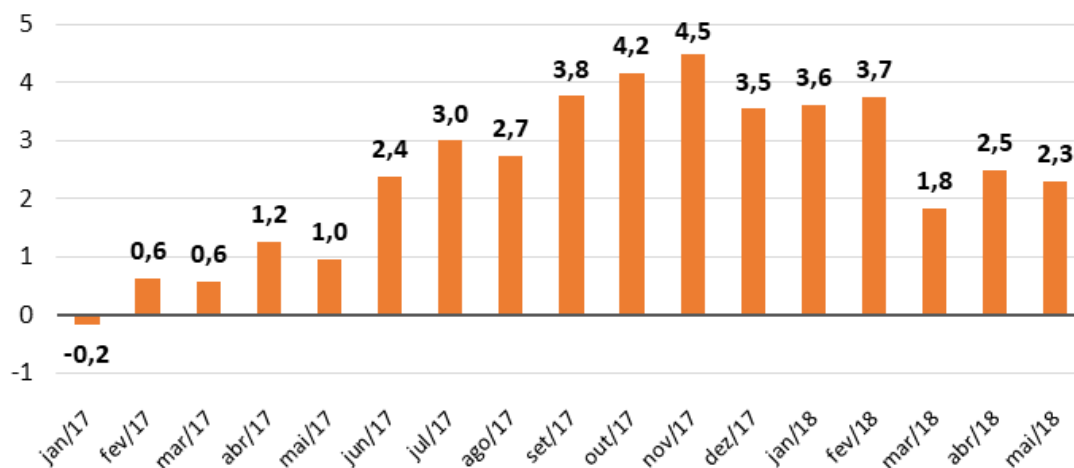
Apesar desse forte aumento do IPCA em junho, influenciado por fator episódico, permanece relativamente baixo o patamar de inflação, o que contribui para manutenção de uma taxa básica de juros inferior ao padrão apresentado nos últimos anos pela economia brasileira. Nesse ambiente de baixa inflação, a massa real de salários tende a, pelo menos, manter seu valor real. E, enquanto se mantiver um crescimento do número de pessoas ocupadas, o valor real da massa real de salários terá variação positiva. De fato, a massa real de salários vem se mantendo superior à do ano anterior desde fevereiro de 2017 (**Gráfico 4**), conforme dados do IBGE, embora esteja bem abaixo do pico de novembro 2017, desde quando vem oscilando e – no geral – esboçando uma tendência de decréscimo. Trata-se de aspecto de grande relevância no plano de análise do Boletim Conjuntural, dada a essencialidade da massa salarial para sustentação do consumo agregado que representa cerca de 60% do PIB e, portanto, para o desempenho dos segmentos de comércio e de prestação de serviços.

**Gráfico 3 - Brasil: Meta SELIC, IPCA acumulado em 12 meses, em % - janeiro/2017 a junho/2018**



Fonte: Sistema Nacional de Preços ao Consumidor/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Gráfico 4 - Brasil: variação real da massa de rendimentos do trabalho (média móvel trimestral) das pessoas de 14 anos ou mais ocupadas, em % - janeiro/2017 maio/2018 (base: mesmo período do ano anterior)



Fonte: IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Nota: O indicador é a média móvel trimestral da massa de rendimentos recebida em todos os trabalhos pelas pessoas de 14 anos ou mais ocupadas e com rendimento de trabalho; é calculada considerando-se o mês de referência, em cada divulgação, como limite superior. Os valores da série são corrigidos mensalmente por uso do deflator (IPCA) do mês intermediário.

Em síntese, os principais indicadores econômicos permitem inferir que o desempenho da economia brasileira será positivo em 2018, relativamente ao ano de 2017, todavia sem confirmar o ritmo de crescimento que se esperava ao final do ano passado. Um crescimento econômico de no máximo 1,5% é de veras modesto para uma economia que passou por uma profunda recessão, da qual emergiu com elevação do PIB de apenas 1,0%.

Se 2018 – segundo ano pós-recessão – trouxer tal crescimento (ou algo na linha de repetição do resultado de 2017, como já se teme), o país estará completando inédita e dolorosa experiência de três anos consecutivos de recessão seguidos de um lento processo de recuperação em 2017 e 2018, insuficiente para recuperar o acentuado decréscimo da renda per capita no período recessivo.

### **Comércio varejista: desempenho mantém-se positivo em 2018**

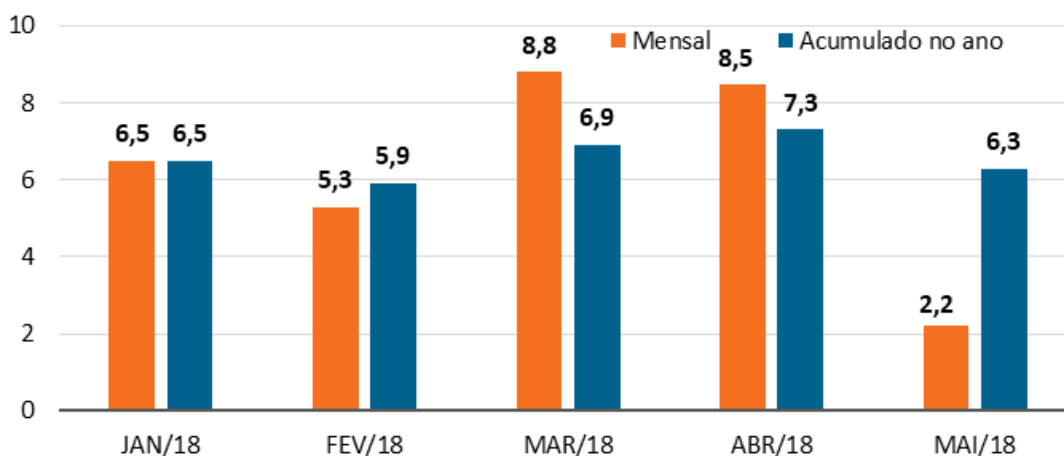
São contempladas, nesta seção, informações sobre o comércio varejista brasileiro – consideradas duas abordagens, conforme sistematização na base de dados do IBGE: varejo (sentido restrito), conforme o que usualmente se entende por esse segmento da economia, e varejo ampliado. O desempenho mensal e o indicador acumulado do ano do volume de vendas do **varejo ampliado** – agregado que resulta do acréscimo de ‘veículos, motocicletas, partes e peças’ e ‘materiais de construção’ ao conjunto de segmentos que compõem o comércio varejista propriamente dito – são apresentados no **Gráfico 5**. Analogamente, no **Gráfico 6**, tem-se a trajetória mensal e o indicador acumulado do ano do **varejo restrito**.

O volume mensal de vendas do varejo ampliado no país nos cinco primeiros meses do ano é superior ao observado nos meses correspondentes de 2017: 6,5% em janeiro; 5,3% em fevereiro; 8,8% em março; 8,5% em abril; e 2,2% em maio. O desempenho assinalado para o mês de maio (2,2%), bem abaixo do registrado nos demais meses do ano, foi influenciado

negativamente pelo movimento grevista dos caminhoneiros, especialmente no que se refere ao volume de vendas do segmento de veículos, que tem forte peso na composição dos indicadores de desempenho global do varejo ampliado. No que se refere ao desempenho acumulado do ano (janeiro a maio), em comparação com o mesmo período do ano passado, as variações são todas expressivamente positivas.

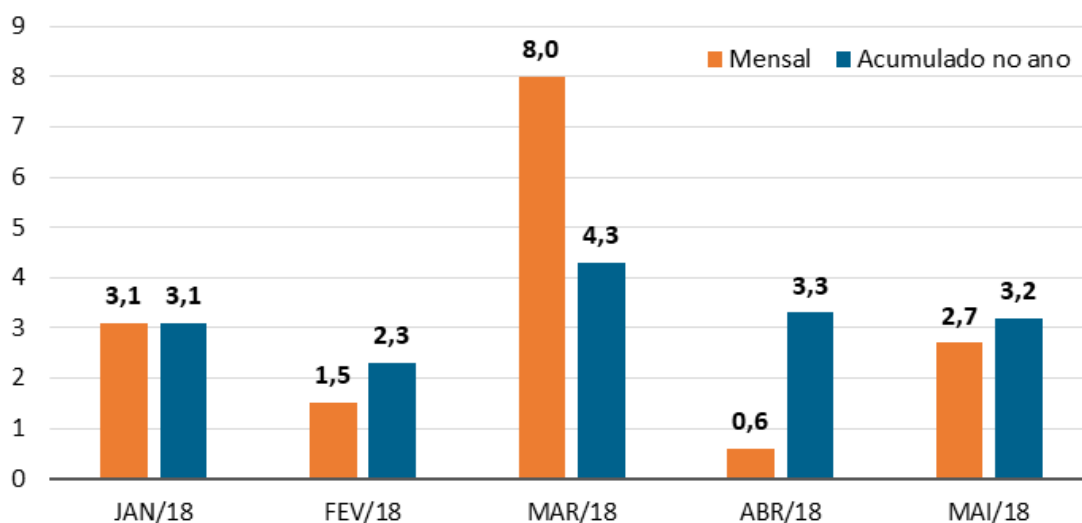
Quando se examina o varejo restrito, isto é, não considerados os segmentos de veículos e de material de construção, as variações tanto mensais quanto acumuladas mantêm-se no campo positivo, todavia em patamares bem inferiores aos apontados para o varejo ampliado; isso se deve ao comportamento positivo diferenciado do segmento de veículos. Com exceção do desempenho mensal referente ao mês de maio, as variações mensal e acumulada do varejo restrito são sempre inferiores às correspondentes variações observadas no varejo ampliado, conforme ilustrado no **Gráfico 6**. Contudo, pode-se afirmar que, no geral, o comércio varejista continua apresentando em 2018 desempenho melhor do que o registrado no ano passado.

Gráfico 5 - Brasil: variação mensal e variação acumulada no ano do volume de vendas do Varejo Ampliado, em % - janeiro/2018 a maio/2018



Fonte: PMC/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Gráfico 6 - Brasil: variação mensal e variação acumulada no ano do volume de vendas do Comércio Varejista, em % - janeiro/2018 a maio/2018



Fonte: PMC/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

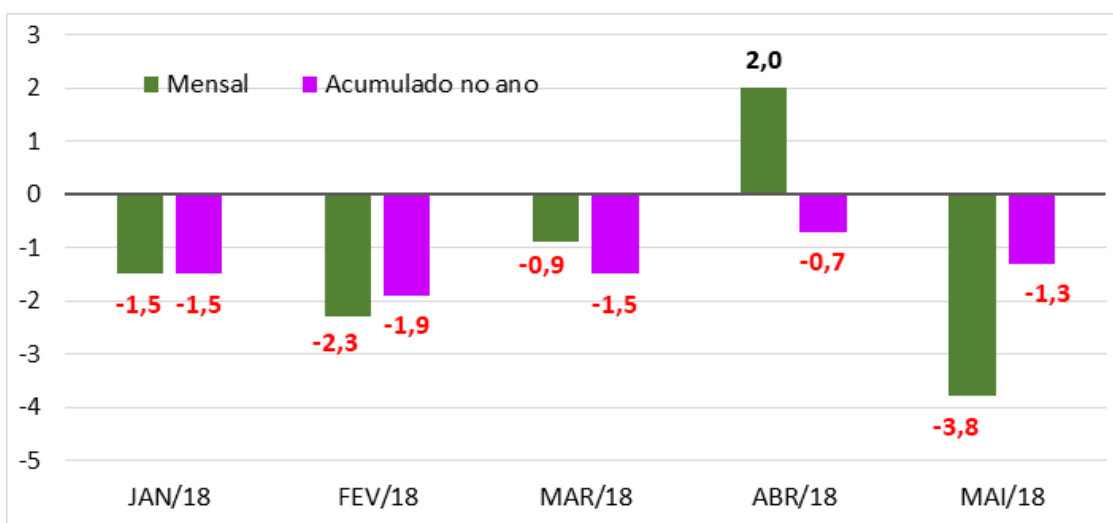


### Serviços: desempenho mantém-se negativo em 2018

O setor de prestação de serviços – objeto desta seção – continua apresentando desempenho insatisfatório em 2018. Depois de um resultado mensal positivo em abril, o indicador mensal volta a apresentar queda em maio (-3,8%) – declínio intensificado pela greve dos caminhoneiros. Deve-se levar em consideração, entretanto, que o desempenho do indicador acumulado do ano

revela declínio do volume de vendas em todos os meses do ano (**Gráfico 7**). Ou seja, é mantido um desempenho aquém do observado em 2017. Trata-se de prolongada contingência de uma crise econômica que persiste em rota lenta e acidentada de recuperação: as atividades de serviços, no agregado, não emitem sinais claros e consistentes de retomada no nível atividade, predominando variações no campo negativo dos indicadores.

Gráfico 7 - Brasil: variação mensal e variação acumulada no ano do volume de Serviços, em % - janeiro/2018 a maio/2018



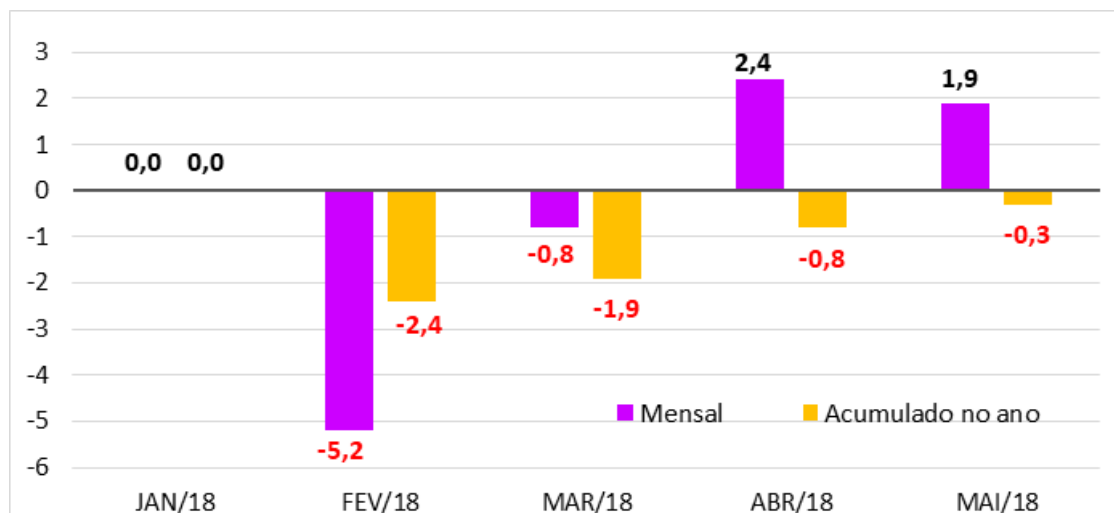
Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi

### Turismo: no resultado acumulado do ano, desempenho permanece negativo

O conjunto de atividades que compõem os serviços de Turismo vem registrando desempenho negativo há bastante tempo. Entretanto, nos dois últimos meses pesquisados, observa-se que o volume de prestação de serviços cresce, em termos do indicador mensal, tendo-se por base os mesmos meses de 2017: abril, 2,4%; e maio 1,9%. Contudo, o indicador acumulado do ano – representado no **Gráfico 8** – continua

sem apresentar variação positiva, ao longo de 2018: 0,0% em janeiro; -2,4% em fevereiro; -1,9% em março; -0,8% em abril; e -0,3% em maio. Portanto, o volume de serviços prestados no segmento de turismo mantém-se negativo, conforme expresso no resultado acumulado do ano, a despeito dos referidos resultados mensais consecutivos com variações positivas (abril-maio). Como fator atenuante, ressalte-se que a trajetória mensal do indicador acumulado no ano – apesar de negativa – é crescente, com variações negativas menos intensas a cada mês.

Gráfico 8 - variação mensal e variação acumulada em 12 meses do volume de serviços nas Atividades Turísticas, em % - janeiro/2018 a maio/2018



Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

## 2. DESEMPENHO DO COMÉRCIO VAREJISTA E DOS SERVIÇOS EM MAIO DE 2018: PERNAMBUCO NO CONTEXTO NACIONAL/REGIONAL

Nesta seção e na seguinte, a análise tem Pernambuco como objeto central, incluindo-se esforços de contextualização nos planos nacional e regional.

O desempenho mensal e o acumulado, em 2018, do comércio varejista de Pernambuco, no contexto regional e nacional, são ilustrados nos **Gráficos 9 e 10**, respectivamente para o varejo ampliado e o restrito. Trata-se de dados relativos aos estados de Pernambuco, Bahia e Ceará; ademais, considera-se o resultado agregado para o país.

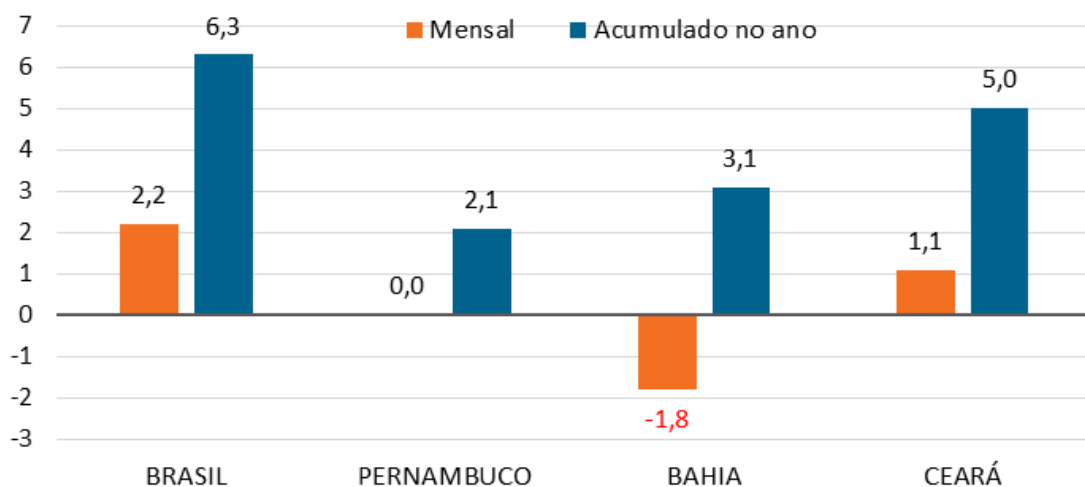
Note-se que a variação do volume de vendas do **varejo ampliado** segue positiva (2,1%) em Pernambuco, no que se refere ao desempenho acumulado do ano (janeiro a maio). No que diz respeito ao resultado mensal, observa-se variação nula. Ou seja, um volume de serviços igual ao de maio de 2017. São índices que refletem um comportamento inferior ao comportamento médio nacional (2,2% na

variação mensal e 6,3% na acumulada do ano).

Considerado o varejo propriamente dito – retirados os segmentos de veículos e construção – o desempenho de Pernambuco é negativo (-0,7% no mensal e -0,8% no acumulado do ano). Como se observa no **Gráfico 10**, é um resultado também abaixo do verificado para o país: crescimento mensal de 2,7% e de 3,2% no índice acumulado do ano.

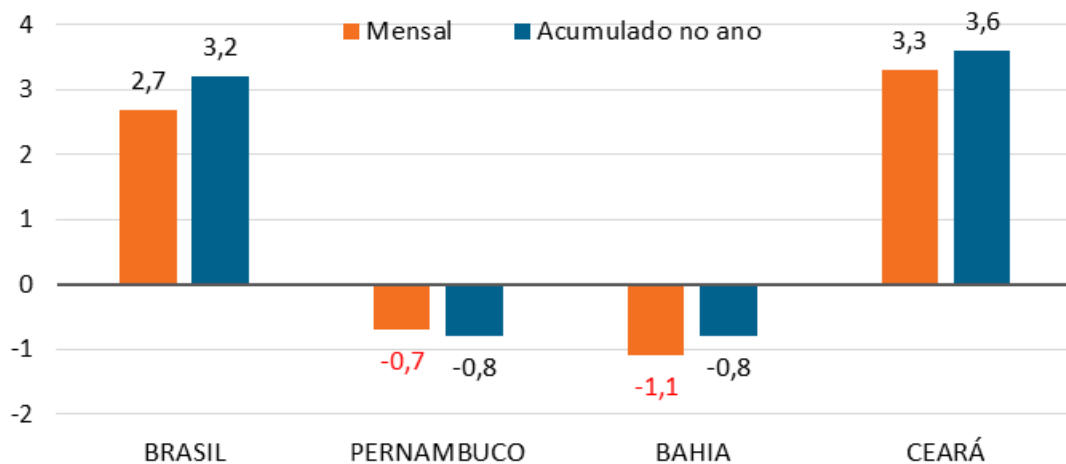
Fica patente que o desempenho do comércio varejista pernambucano em 2018 é inferior ao observado em 2017, especialmente no varejo restrito. No varejo ampliado, o desempenho diferenciado do segmento de veículos – como referido na análise sobre o quadro nacional – exerce influência significativamente positiva sobre o desempenho global. Dessa forma, tem-se um crescimento de 2,1% no resultado acumulado do ano. No entanto, é um desempenho abaixo do observado nos demais territórios considerados neste Boletim.

Gráfico 9 - Brasil, PE, BA e CE: variação mensal e acumulada no ano do volume de vendas do Comércio Varejista Ampliado, em % - janeiro-maio2018 (base: mesmos períodos/2017)



Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Gráfico 10 - Brasil, PE, BA e CE: variação mensal e acumulada no ano do volume de vendas do Comércio Varejista, em % - janeiro-maio2018 (base: mesmos períodos/2017)

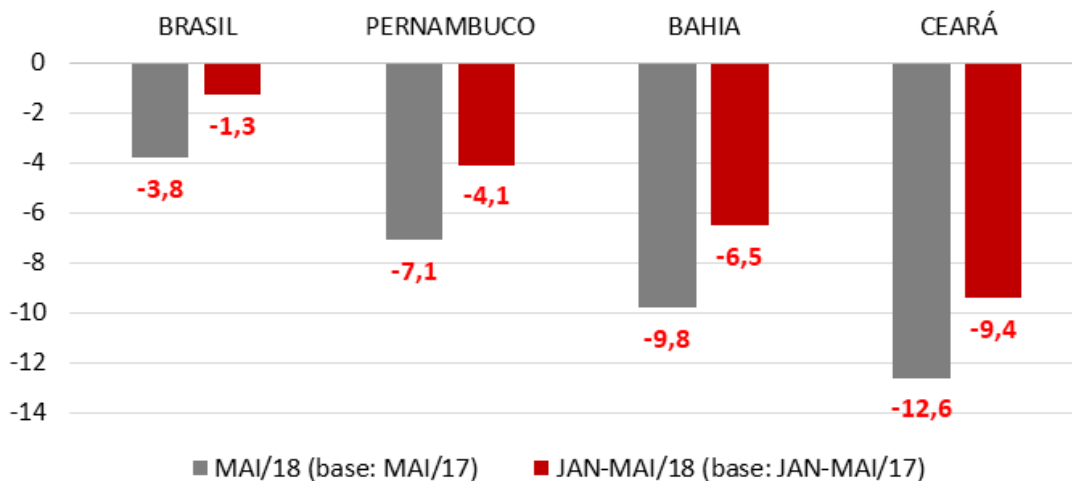


Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Focando-se agora o setor de serviços, informações sistematizadas no **Gráfico 11** trazem elementos para se examinar o desempenho desse setor. O volume de serviços prestados em Pernambuco declina em maio, tanto em termos de indicadores mensais (-7,1% em maio 2018, tendo-se por base maio de 2017), quanto no acumulado do ano (-4,1% em janeiro-maio deste ano, relativamente a idêntico período de 2017). Ademais, são quedas mais expressivas do que a média nacional, respectivamente -3,8% e -1,3% - mensal e acumulada, respectivamente. Na

Bahia e no Ceará, o volume de serviços declina ainda mais fortemente do que em Pernambuco. São resultados que deixam claro o grau de dificuldade que vêm enfrentando as atividades de prestação de serviços, segmento que - no agregado - permanece como retardatária em termos de recuperação. Isso pode ser um sinal de que a recuperação da renda das famílias ainda não seja forte o suficiente para impulsionar a retomada de negócios em todo o espectro de atividades da economia.

**Gráfico 11 - Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: variação mensal e acumulada no ano do volume de Serviços, em % maio e acumulada do ano/2018 (base: mesmos períodos/2017)**

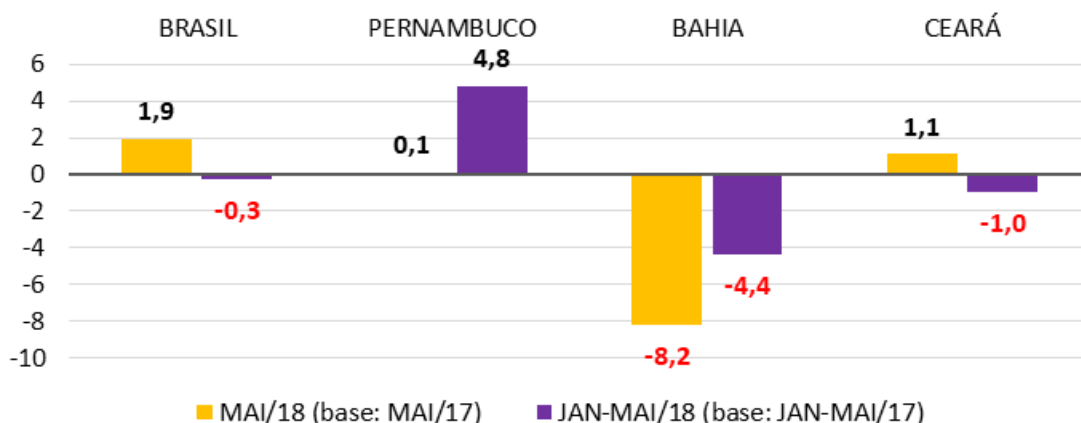


Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Mantendo-se procedimento usual da série Boletim Conjuntural do Fecomércio, é agora incorporada à abordagem setorial a particularização do segmento de turismo. De forma similar à análise dos segmentos de comércio e prestação de serviços, também são aqui considerados os três principais estados nordestinos e o país como um todo, em linha com a contextualização dos resultados observados para Pernambuco (**Gráfico 12**). Conforme o indicador mensal e o acumulado do ano de 2018 (janeiro a maio), relativamente ao mesmo período do ano de 2017, Pernambuco continua registrando

desempenho positivo (4,8%) e bastante diferenciado, em contraposição ao país como um todo (-0,3%) e aos estados do Ceará (-1,0%) e da Bahia (-4,4%). Novamente, como verificado em Boletins anteriores, em atividades relacionadas como o turismo o desempenho de Pernambuco no resultado acumulado do ano segue substancialmente superior ao observado nos demais espaços territoriais considerados neste Boletim. Todavia, o índice mensal ficou abaixo da média nacional em maio devido às turbulências observadas na economia.

Gráfico 12 - Brasil, PE, BA e CE: variação acumulada no ano do volume de Atividades Turísticas, em % - janeiro-maio/2018 (base: janeiro-maio/2017)



Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

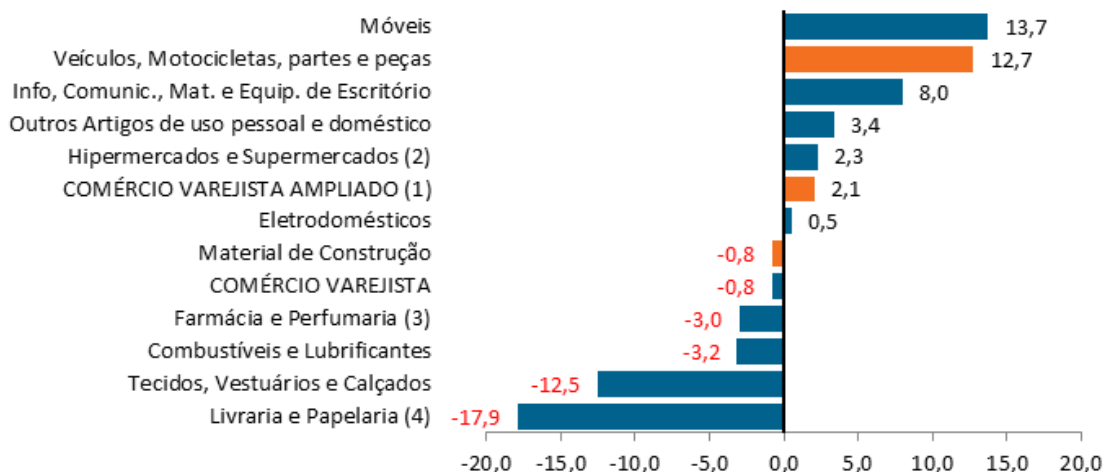
### 3. COMÉRCIO E SERVIÇOS EM PERNAMBUCO: DESEMPENHO CONFORME TIPOS ESPECÍFICOS DE ATIVIDADE

Nesta seção, a análise ganha detalhamento de informações conforme as atividades específicas do comércio e da prestação de serviços.

Em relação ao varejo, trata-se de dados sobre o volume de vendas, indicador acumulado de 2018 (janeiro-maio) – comparativamente ao mesmo período de 2017 – para cada um dos onze grupos de atividades componentes do varejo, o

que está contemplado no **Gráfico 13**. Os resultados agregados do setor, mencionados na seção anterior – varejo restrito (-0,8%) e varejo ampliado (2,1%). Novamente, como observado em Boletins anteriores, seis dos onze grupos específicos que compõem o comércio varejista registram variações positivas em 2018, enquanto os demais registram variações negativas.

Gráfico 13 - Pernambuco: variação acumulada no ano do volume de vendas por Segmento do Comércio Varejista, em % - janeiro-maio/2018 (base: janeiro-maio2017)

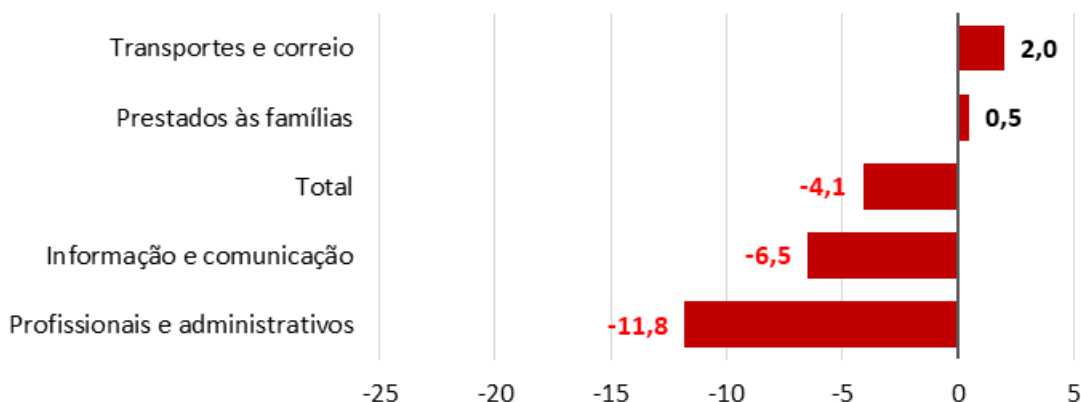


Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

No que concerne ao segmento de prestação de serviços (**Gráfico 14**), também é útil que primeiro se renove o registro de que, no agregado, a retração da atividade econômica nesse segmento, em 2018, chegou a -4,1%. O detalhamento revela que os grupos representados por 'serviços prestados às famílias' e 'transportes e correio' revelam desempenho positivo: respectivamente 0,5% e 2,0%. Para os outros dois agrupamentos, as variações no volume de vendas são

negativas: 'Informação e Comunicação' (-6,5%) e 'Profissionais e administrativos' (-11,8%). Em suma, embora dois dos quatro grupos ofereçam resultados positivos, tal contribuição não foi suficiente para reverter o desempenho global negativo. Trata-se de resultados que, qualitativamente, são similares aos observados em Boletins anteriores, persistindo sinais desalentadores para a recuperação do segmento de prestação de serviços.

Gráfico 14 - Pernambuco: variação acumulada no ano do volume de Serviços por Atividade, em % - janeiro-maio2018 (base: janeiro-maio/2017)



Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

## 4. SÍNTESE E PERSPECTIVAS

Foi observado, no presente Boletim, que o desempenho da economia brasileira deverá ser positivo em 2018, relativamente ao ano de 2017 – situando-se a estimativa, no momento, em torno de 1,5%. Um crescimento econômico dessa ordem seria deveras decepcionante para um país que enfrentou profunda e prolongada recessão. A saída do pior da crise foi um crescimento de apenas 1,0% em 2017. Uma taxa de crescimento de 1,5% em 2018 – ou uma já temida repetição do resultado de 2017 – significaria o país completar três anos consecutivos de estagnação/recessão (2014-2016) com lento crescimento nos dois anos seguintes (2017 e 2018), uma inédita e dolorosa experiência que dificultaria a recuperação da renda per capita no período. Portanto, tem-se cenário muito diferente do existente no início deste ano, quando as estimativas projetavam cerca de 3,0% de crescimento econômico para 2018.

Fica cada vez mais nítido que houve mudança dos ventos, como referido no Boletim anterior. Os principais determinantes de tal mudança são conhecidos. O dinâmico e acidentado campo da realidade político-eleitoral, elemento que se torna mais importante à medida em que se aproximam as eleições e permanece confuso o cenário político-eleitoral. Ademais, enfrenta-se crescente fragilidade da capacidade de articulação política do atual governo. O setor externo, com a redefinição da política referente à taxa básica de juros da economia norte-americana e a alteração brusca na política comercial dos EUA, contribuem para turbulência nos mercados de câmbio. “Volatilidade dos mercados” volta a ser conceito de uso recorrente para descrever o comportamento do sistema financeiro. Acrescente-se a isso o crescimento da dívida pública brasileira, que evidencia a fragilidade fiscal do país. Por fim, teve-se durante 10 dias de maio, a greve/lock out do sistema de transporte de cargas, o que trouxe forte inflexão para

cima dos índices de custo de vida, e contribuiu significativamente para frustrar projeções de crescimento do PIB.

Em tal contexto, perdem força fatores favoráveis como volume de reservas superior a US\$ 380 bilhões, taxa básica de juros em histórico patamar baixo (6,5%) e inflação controlada. O corolário é clássico: adiamento de planos de investimento em vários segmentos da indústria, permanência ou crescimento da capacidade ociosa e redução da taxa de investimento da economia. O mercado de trabalho ainda resiste, mesmo com modesta geração de empregos formais, mas não o suficiente para se afirmar que a tendência seja de inspirar confiança e alimentar a disposição de consumo de parte importante de famílias que dispõem de renda para tal propósito.

Também se sabe, todavia, que – em se tratando de algo complexo como o funcionamento de uma economia – há fatores favoráveis que terminam por beneficiar certos setores de atividade; no caso, aqueles em que exportação tem peso relevante. Enquanto o quadro internacional não sofrer maior agravamento, alguns setores permanecem aumentando as exportações, usufruindo do câmbio favorável. De fato, a desvalorização cambial torna as exportações do país mais competitivas e alimenta o volume de reservas.

Mas o flanco interno de desafios e fragilidades continua prevalecendo. E, nesse campo, o déficit fiscal do setor público é elemento central, a exigir reformas estruturais (principalmente a previdenciária e a tributária) – que venham a tornar mais saudável o ambiente de negócios e aumentar a produtividade da economia.

A propósito, se torna cada vez mais imperativo – para agentes institucionais e analistas econômicos de todos os matizes – negar a urgência da questão fiscal no país. O prolongado momento de crise por que passa a economia brasileira – vale repetir: é inédita a possibilidade de o país romper, em 2018, cinco anos de dificuldades econômicas – era o que faltava para se assimilar, definitivamente, que o reencontro com crescimento em bases sustentáveis passa, necessariamente, por adequado enfrentamento de um agravado déficit fiscal. É crucial não se esquecer de que a recente recessão foi fator de peso no aumento do déficit nas contas públicas, pelo simples fato de que a crise econômica reduz o nível de atividade e deprime a receita tributária (federal, estadual, municipal). E o corolário é a ampliação da dívida pública – o que ocorreu mesmo com a taxa básica de juros descendo a patamar inédito, estabelecendo marca histórica. Estima-se que a dívida pública brasileira se situe em torno de 80% do PIB e que, mesmo na hipótese de um resultado eleitoral que leve o novo governo a enfrentar o déficit fiscal, a completa superação do problema deixará trabalho ainda a ser feito pelo governo que venha a se estabelecer no mandato seguinte; ou seja, é tarefa a exigir tratamento que se prolongaria para além de 2022.

Tenha-se em conta que – a depender do legado que vier a ser gerado pelas próximas eleições – o preço de um eventual não enfrentamento da questão fiscal poderia ser muito alto. Uma nova recessão poderia ser parte da conta, o que aumentaria ainda mais a dimensão das dificuldades econômicas e o custo social que o Brasil vem enfrentando desde 2014.

Não é demais repetir o que se vem afirmando em diversos momentos da série Boletim Conjuntural do Instituto Fecomércio. Enfrentar adequadamente os óbices à criação de ambiente favorável ao crescimento sustentado da economia implica encontrar o caminho que passa

por reforço de competitividade, com foco em redução do chamado custo Brasil; eliminação de déficits de infraestrutura; mudança do sistema tributário, inclusive eliminando-se seu caráter regressivo; redução de elevados custos de transação associados a procedimentos burocráticos e má governança. No longo prazo, apresenta-se como desafio o enfrentamento efetivo do atraso educacional – essencial, não só em termos de justiça social cidadã, mas também um imperativo para reforço de produtividade (e competitividade). Note-se, a propósito, que um estudo recente do Banco Credit Suisse informa que, depois de crescer a 3,5% ao ano no período 1930-1980, a partir de 1981 a produtividade no Brasil estagnou. Deficiência de infraestrutura, educação precária e baixa qualificação da força de trabalho são destacados fatores explicativos desse atraso na produtividade. Mais uma evidência de que o país tem pendor para subestimar o desafio do tempo histórico versus oportunidades não aproveitadas. O Instituto Fecomércio vem enfatizando nos últimos boletins o fortalecimento dos bons fundamentos macroeconômicos representados por uma baixa taxa básica de juros, nominal e real, consequência de inflação baixa e controlada, os sinais de que a economia insiste, a despeito das dificuldades, em se recuperar e a manutenção de reservas internacionais em nível confortável que tornam o país pouco vulnerável à crises no setor externo e a possíveis especulações cambiais. Ademais, há demanda de diversos agentes econômicos e da sociedade para que se inicie uma real modernização da governança e da economia brasileira.

O que permanece por se materializar, em prazo eminentemente curto, é uma adequada concertação social e política: algo complexo, que exige desprendimento de alguns atores-chave e cerrada vigilância da sociedade. Não será fácil, mas não se deve – no campo da política – ‘decretar’ a impossibilidade de alcance de tal concertação.



## REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Mensal do Comércio**. Maio/2018.

**Pesquisa Mensal dos Serviços**. Maio/2018.

**Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Maio2018.

**Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor**. Junho/2018.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados**. Maio/2018

### EXPEDIENTE - FECOMÉRCIO-PE

Presidente: Josias Silva de Albuquerque  
Diretora-executiva do Instituto Fecomércio: Brena Castelo Branco  
Economista: Rafael Ramos  
Designer: Nilo Monteiro

### EXPEDIENTE - CEPLAN MULTI

Osmil Galindo | Economista  
Ademilson Saraiva | Economista  
Roberto Alves | Estatístico  
Jorge Jatobá | Economista  
Tania Bacelar | Economista

Sede provisória Rua do Sossego, 264, Boa Vista,  
Recife, Pernambuco, CEP 50.050-080  
Tel.: (81) 3231-5393 (PABX)

Anexo: Rua Bispo Cardoso Ayres, 147, Sala 105,  
Santo Amaro (esquina com a Rua do Príncipe)  
Recife, Pernambuco, Brasil, CEP 50.050-135  
Tel.: (81) 3423-8423 | 3423-7440 (PABX)

